

## **O PERFIL DOS DIRIGENTES DAS SECRETARIAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO: HÁ MARCADORES DE GÊNERO?**

Carliene Freitas da Silva Bernardes

[carlienefreitas@uft.edu.br](mailto:carlienefreitas@uft.edu.br)

Lidiana Simões Marques

[lidiana.marques@uniube.br](mailto:lidiana.marques@uniube.br)

A organização da Educação no Brasil, após LDBEN/96, indica um complexo mercado de trabalho que emprega trabalhadores em diversas etapas e modalidades de ensino, da Educação Básica à Educação Superior, nas redes municipais, estaduais e federais de ensino, sejam elas públicas e/ou privadas. Demartini e Antunes (1993) observaram na Primeira República Brasileira (1889-1930) que o exercício do magistério primário era feminino, mas a carreira docente era masculina: a maioria das mulheres permaneciam na sala de aula, com salários menores; os professores ascendiam, rapidamente, por indicações políticas e com menos conhecimento a funções técnicas e de direção nas escolas e/ou nas redes de ensino e passavam a lecionar e coordenar a formação de professores; as mulheres ascendiam em idade tardia e por conhecimentos especializados, sendo o casamento e a maternidade fatores impeditivos. Transcorridos quase um século, pesquisas educacionais apontam marcadores de gênero na carreira docente, considerando-a como atividades de ensino, gestão e pesquisa. Em 2019, a Educação Básica no Brasil empregou, aproximadamente, 2,4 milhões de docentes, sendo 76% do grupo social das mulheres para 24% do grupo dos homens, havendo maior percentual de mulheres na Educação Infantil, chegando a 97% na Creche (INEP/CENSO ESCOLAR, 2020). Comparando com a Educação Superior, etapa da Educação brasileira que remunera os profissionais docentes com maiores salários, principalmente no sistema federal de ensino, entre os 397.893 profissionais, 61% são professores e 40% professoras (INEP/CENSO EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2019). Bernardes e Guimarães (2019) revisaram as pesquisas da gestão escolar/educacional que utilizaram os microdados do SAEB/INEP de 2003 a 2015, revelando que em torno de 80% dos dirigentes das escolas da Educação

Básica são mulheres. Porém, Souza (2007) identificou nos microdados de 2003 que as mulheres ascendem à função de gestão com mais idade, maior experiência e qualificação que os homens, recebendo menores salários em geral. A literatura do campo da gestão escolar/educacional sinaliza um campo de investigação incipiente acerca do perfil dos profissionais que pensam, organizam e administram as políticas educacionais em nível municipal, estadual e nacional numa perspectiva de gênero, classe e etnia/raça . Considerando, por exemplo, o Ministério da Educação como o topo da gestão educacional, desde sua criação em 1932, houve uma única ministra, Esther de Figueiredo Ferraz, que assumiu a pasta (1964-67) dentre 55 ministros; Esther era branca, com formação em direito, solteira e sem filhos. Portanto, o objetivo deste estudo é investigar o perfil dos (as) secretários (as) estaduais de educação que assumiram a pasta no último pleito dos governos estaduais (2019-2021). O caminho percorrido envolveu uma pesquisa de natureza qualiquantitativa (FLICK, 2009) numa perspectiva da Divisão Sexual do Trabalho (KERGOAT, 2009; HIRATA; KERGOAT, 2007). As informações acerca dos perfis dos (as) secretários (as) estaduais da Educação foram coletadas em abril/2021 nos sítios dos governos estaduais e nos currículos lattes dos participantes, quando disponibilizados. Nas 27 Secretarias Estaduais de Educação - SEE (26 Estados mais Distrito Federal) foram nomeados (as) 38 secretários (as) entre os anos de 2019-2021, havendo mudanças de titulares em 10 secretarias, principalmente em 2020, talvez pelo contexto da Pandemia por COVID-19. Dos 27 titulares que permanecem na gestão das SEE em 2021, nove são do grupo social das mulheres e dezoito são do grupo social dos homens; havendo secretárias em todas as regiões do país, com maior proporção delas nas SEE da região norte: Amapá, Roraima, Tocantins e Pará. Se há uma proporção maior de professoras na Educação Básica e de gestoras escolares, por qual motivo não ascendem à gestão das SEE? Indicadores sociais disponibilizados pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018) sinaliza que o grupo social das mulheres, no Brasil, dedica em torno de 10 horas semanais a mais que o grupo social dos homens no que toca ao trabalho reprodutivo (atividades de cuidados domésticos, com a comunidade e outras pessoas). O tema do trabalho produtivo

(assalariado) e do trabalho de reprodução da vida (em maior parte não remunerado) tem sido debatido, amplamente, pelo movimento social das mulheres e das pesquisadoras feministas em nível transnacional, evidenciando desigualdades de classe, gênero e etnia/raça no acesso à formação educacional, inserção e permanência no mercado de trabalho, incluindo a profissão docente e o fazer Ciência. As relações sociais de sexo (KERGOAT, 2009) ou o patriarcado (LERNER, 2019) direciona o lugar e o status do grupo social dos homens e do grupo social das mulheres nas sociedades: aos homens é associado atividades de mando, liderança e tomada de decisão, principalmente em espaços públicos, com forte valor social agregado; e às mulheres é associado atividades de cuidado, principalmente nos espaços privados, com menor valor social agregado. Apesar das pesquisas indicarem aumento de mulheres, brancas, de classe média/alta e com escolarização superior, em funções executivas, principalmente, nas áreas da Saúde, Educação e Serviço social, dentre outros, estas para desempenharem suas funções produtivas (assalariadas) remuneram outras mulheres para o trabalho reprodutivo, geralmente, mulheres pobres e racializadas (KERGOAT; HIRATA, 2007; IBGE, 2018; ARRUZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019). Apesar do perfil dos (as) secretários (as) indicarem marcas de gênero, o estudo requer aprofundamento quanto à idade, etnia/raça, estado civil, maternidade, escolarização e experiência profissional.

## REFERÊNCIAS

ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. Tradução Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

BERNARDES, C. F. S.; GUIMARÃES, S. Quando homens e mulheres assumem a direção: as diferenças de gênero na gestão escolar. **Revista Profissão Docente**, Uberaba, v.19, n.40, p.01-18, jan./abr. 2019, Disponível em: <http://revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/1284>. Acesso em: 10 de jun. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, de 23 de dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 10 jan. 2020.

DEMARTINI, Z. B. F.; ANTUNES, F. F. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 86, p. 05-14, ago. 1993. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/934>. Acesso em: 26 jan. 2019.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3 ed. Tradução de Joice Elias Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n.132, p. 595-609, Dez. 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742007000300005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000300005&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 15 Ago. 2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. 151 p. - (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 39). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101629>. Acesso em: 11 de out. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP/MEC. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2018**. Brasília: Diretoria de Estatísticas Educacionais – DEED/INEP/MEC, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 15 abril 2020.

\_\_\_\_\_. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2019**. Brasília: Diretoria de Estatísticas Educacionais – DEED/INEP/MEC, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 30 abril 2020.

KERGOAT, D. Divisão sexual do Trabalho e Relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009, p. 67-75.

LERNER, G. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. Tradução Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

SOUZA, A. R. **Perfil da Gestão Escolar no Brasil**. 2006. 333f. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/10567/1/ANGELO%20RICARDO%20DE%20SOUZA.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2019.